



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O PROCESSO DE
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAÊNIA THAÍS VIRGÍNIO DE SOUSA

SOUSA - PB
2023

RAÊNIA THAÍS VIRGÍNIO DE SOUSA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O PROCESSO DE
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para obtenção do Grau de especialista em Serviço Social e Gestão de políticas públicas.

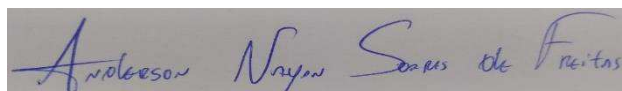
Orientador: Prof. Me. Anderson Nayan Soares de Freitas.

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O PROCESSO DE
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, campus Sousa - PB como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Serviço Social e Gestão de políticas públicas.

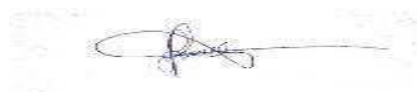
Data de aprovação: ___ de março de 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Anderson Nayan Soares de Freitas.

Orientador



Profº Drº Luan Gomes dos santos de Oliveira

1º Examinador



Prof.^a. Dra. Maria da Conceição Silva Felix

2º Examinador

SOUSA, PB
2023

S725f Sousa, Raênia Thaís Virgínio de.
Formação profissional em serviço social: o processo de estágio curricular supervisionado e a política nacional de assistência social / Raênia Thaís Virgínio de Sousa. – Sousa, 2023.
41 f.

Monografia (Especialização em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Prof. Me. Anderson Nayan Soares de Freitas".
Referências.

1. Serviço Social. 2. Formação Profissional em Serviço Social.
3. Estágio Curricular Supervisionado. 4. Política Nacional de Assistência Social. I. Freitas, Anderson Nayan Soares de. II. Título.

CDU 36(043)

*Dedico este trabalho como gratidão a pessoa
mais importante da minha vida: minha mãe,
Marly.
Obrigada pelo empenho e apoio. Amo você!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, acima de tudo, pela vida, por todas as bênçãos derramadas e principalmente por segurar a minha mão nos momentos mais difíceis, acalmando o meu coração para conseguir enfrentar os desafios.

Agradeço a minha mãe, pela vida e por não poupar esforços para me ajudar em tudo que está ao seu alcance. Por estar ao meu lado em todas as horas, pelo companheirismo de sempre. Gratidão imensa pelos vários momentos em que a senhora passou de joelhos dobrados, orando por mim, para que eu conseguisse superar os desafios à minha frente, e hoje me sinto feliz em ver que graças às suas orações, consegui superá-los.

Agradeço ao meu pai, que mesmo com algumas divergências, sempre me apoiou e ajudou a tomar decisões em momentos difíceis. Serei eternamente grata por tudo que fez e faz por mim, por todos os ensinamentos, amor, cuidado e respeito.

Agradeço às minhas irmãs: Rayana e Romana por estarem presentes nesta trajetória, me fazendo rir de alguns momentos, enfim, por fazer parte da minha vida. Amo vocês! Agradeço também às minhas sobrinhas Laís e Lara, que têm o significado de amor mais puro que conheço na vida. Vocês são a minha dose de motivação diária.

Gratidão também a minha tia Maria do Céu, uma segunda mãe, pessoa que me ajudou/ajuda bastante ao longo da vida, sempre me apoiando, aconselhando e orando por mim. Nunca esquecerei de todos os esforços que tem feito por mim.

Agradeço também aos meus avós maternos que mesmo não estando mais presentes fisicamente, continuam cuidando junto do Senhor. Ensinaram-me muito sobre amor e fé. Permanecerão para sempre no meu coração. À minha avó paterna por acreditar na minha capacidade e sempre me incentivar a seguir em frente.

Agradeço ao meu amigo Israel, que sempre esteve disposto a me ajudar em todos os momentos. É um ser humano de luz, que ainda não tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, mas que já tem o seu lugar especial no meu coração. Agradeço também as amigas com as quais compartilhei muitos momentos, Dayane, Fernanda e Márcia.

Agradeço aos meus professores, que com dedicação transmitiram seus ensinamentos, em particular ao meu orientador Nayan, pelas cobranças sempre necessárias e principalmente pelo incentivo.

Cada um/a de vocês, de alguma forma, participou desta etapa tão importante da minha vida, e por isso, agradeço principalmente, por ter motivos e pessoas para agradecer.

RESUMO

O presente trabalho consiste em compreender o estágio curricular supervisionado na Política de Assistência Social, tendo em vista que é uma política fragilizada, precarizada, devido à ofensiva neoliberal, rebatendo na formação profissional em Serviço Social para a consolidação do Projeto Profissional resguardado pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. A partir da temática escolhida, “Formação Profissional em Serviço Social: O Processo de Estágio Curricular Supervisionado e a Política Nacional de Assistência Social”. A investigação é baseada no método crítico-dialético, utilizando-se da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. A escolha do tema deu-se devido à importância representada pelo Estágio Supervisionado em Serviço Social em seus três níveis. Buscando demonstrar tal importância, inicialmente faz-se um resgate histórico de leis e regulamentações de estágio, desde a década de cinquenta com a Lei N. 3.252 de 1957, até a Lei N.º 11.788/08 vigente, e a partir disso, a importância do estágio curricular para a formação profissional no Curso de Serviço Social. Após tais discussões, a Política de Assistência Social é abordada através do Sistema Único de Assistência Social- SUAS como espaço de atuação profissional e campo de inserção de estagiários. Materializando os assuntos abordados, verifica-se que essa problemática na dinâmica da sociedade atual, impõe uma série de desafios à formação profissional do/a estagiário/a inserido na política de assistência social, tendo em vista o grande desmonte de políticas públicas, oportunizando uma reflexão quanto aos desafios e perspectivas da profissão nesses espaços.

Palavras-chave: Formação Profissional em Serviço Social; Estágio Curricular Supervisionado; Política Nacional de Assistência Social.

ABSTRACT

The present work consists of understanding the supervised curricular internship in the Social Assistance Policy, considering that it is a weakened, precarious policy, due to the neoliberal offensive, impacting on professional training in Social Work for the consolidation of the Professional Project protected by the Curricular Guidelines of the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work – ABEPSS. Based on the chosen theme, “Professional Training in Social Work: The Supervised Curriculum Internship Process and the National Social Assistance Policy”. The investigation is based on the critical-dialectical method, using exploratory bibliographical research. The theme was chosen due to the importance represented by the Supervised Internship in Social Work in its three levels. Seeking to demonstrate such importance, initially, a historical rescue of internship laws and regulations is made, from the fifties with Law N. 3,252 of 1957, to Law N. curricular internship for professional training in the Social Work Course. After such discussions, the Social Assistance Policy is addressed through the Unified Social Assistance System - SUAS as a space for professional action and a field for insertion of interns. Materializing the subjects addressed, it appears that this problem in the dynamics of today's society, imposes a series of challenges to the professional training of the intern inserted in the social assistance policy, in view of the great dismantling of public policies, providing opportunities for a reflection on the challenges and perspectives of the profession in these spaces.

Work Keys: High professional performer in Social Service work; Supervised internship; National Social Assistance Policy.

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

ABPESS- Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social

CF- Constituição Federal

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFE- Conselho Federal de Educação

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CNE- Conselho Nacional de Educação

CNSS- Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS- Conselho Regional de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MPC- Modo de Produção Capitalista

NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNE- Política Nacional de Estágio

UFMG- Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO I: CAMINHOS DA PROPOSTA INVESTIGATIVA	13
1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS	13
1.2 ELEMENTOS PARA COMPREENDER O OBJETO DA PESQUISA	13
1.3 SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL	19
2 CAPÍTULO II: FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O PROCESSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS.	21
2.2 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.	26
2.3. O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	31
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, “formação profissional em serviço social: o processo de estágio curricular supervisionado e a política nacional de assistência social” consiste em analisar a política de assistência social e seus impactos causados na disciplina de estágio curricular em serviço social, devido ao grande desmonte causado pela política neoliberal, afetando assim, os espaços de trabalho do Assistente Social e conseqüentemente, a formação profissional do discente estagiário.

Para compreensão do processo de investigação, é imprescindível definir o que se pretende pesquisar e qual motivo despertou o interesse sobre o tema escolhido, ressaltando a importância da sua análise de modo a contribuir na construção de conhecimentos do/a pesquisador/a, num contexto de transformações ocorridas em uma sociedade que visa os interesses do capital.

Numa sociedade extremamente complexa, são inúmeros os assuntos que constituem a nossa realidade, principalmente quando o maior objetivo é a obtenção da lucratividade. Porém, isso não significa que a escolha do tema se deu de forma aleatória e sim a partir da minha própria experiência de estágio na política de assistência social. Portanto, despertou o interesse em investigar como ocorre esse processo de ensino aprendizagem diante de uma política tão precarizada e fragilizada.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro, intitulado “Percurso Metodológicos”, trata sobre o objeto de estudo em questão, expondo trilhas metodológicas através da sua problematização, justificativa e relevância no processo da pesquisa.

Serão apresentados elementos que mostram de que forma ocorreu a aproximação com o objeto. Abordaremos também, quais são os objetivos, qual a metodologia e o método que direcionou toda a investigação, bem como os instrumentos e técnicas utilizadas nesse processo, de modo a situar a formação e o exercício profissional em Serviço Social.

Para melhor compreender a essência do objeto em suas múltiplas concepções, utilizamos o método crítico dialético, visto que o percurso tem como base um estudo por meio de uma problematização em determinada realidade social. Foi utilizada a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que possibilita uma maior aproximação entre o investigador/a e a problemática, objetivando extrair respostas necessárias para alcançar o resultado da pesquisa.

No segundo capítulo, designado por “Formação Profissional em Serviço Social: O Processo de Estágio Curricular Supervisionado e a Política Nacional de Assistência Social”,

será exposto os complexos desafios da política da assistência social e como funcionam os órgãos gestores, mostrando os seus antecedentes históricos, onde trazem a luta por direitos sociais. Fazendo-nos refletir sobre a Política de Assistência Social através de um estudo sócio histórico na sociedade brasileira, que antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social era tratada como caridade, favor, filantropia, sendo mera questão de benevolência para com os mais pobres, ou seja, não tinha caráter de direito até a realidade atual.

O estudo também tem por objetivo demonstrar a importância do Estágio para a formação profissional; analisar de que forma o Estágio Supervisionado em Serviço Social contribui para a formação profissional; demonstrar qual o papel das Assistentes Sociais supervisoras de estágio, neste processo de aprendizagem e formação profissional, para melhor compreender os avanços e retrocessos impostos nesse contexto. Também falamos da importância da ABEPSS e sua ligação com o Projeto Profissional do Serviço Social articulado às Diretrizes Curriculares, buscando a consolidação de um projeto ético político capaz de nortear a profissão em meio aos vários desafios em uma sociedade de classes com interesses antagônicos.

Concluimos esta pesquisa, não como o término de um trabalho de conclusão de curso, mas, um estudo que está em construção e que deve ser aperfeiçoado de acordo com a dinâmica da realidade social, visando sempre contribuir para o desenvolvimento de lutas pela defesa de uma formação profissional qualificada e comprometida com o/a discente.

1 CAPÍTULO

I: CAMINHOS DA PROPOSTA INVESTIGATIVA

O Presente capítulo possui três itens, sendo que o primeiro se caracteriza por apresentar o objeto de estudo através de uma breve descrição do lócus da pesquisa, apontando quais os principais elementos que nos conduziram até o processo investigativo sobre o processo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social na política de assistência social, apresentando também os objetivos a serem alcançados e a importância de estudar a temática.

O segundo ponto tratará dos caminhos e percursos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, com o objetivo de apresentar ao/a leitor/a os métodos utilizados para a obtenção dos resultados, a partir da problemática em questão.

No tópico três foi realizada uma discussão acerca da importância desta pesquisa e da dimensão investigativa no processo de formação e no exercício profissional do Serviço Social. Assim como também foi abordada a dimensão ética da profissão e a relação do Serviço Social com o objeto de estudo.

1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O objeto de estudo da presente investigação são os Desafios enfrentados no Estágio Curricular Supervisionado na Política de Assistência Social. A proposta investigativa objetiva analisar como ocorre o processo de estágio curricular nas unidades de assistência social, tendo em vista que é uma política bastante fragilizada, fragmentada e precarizada, devido a esse desmonte que vem ocorrendo no atual cenário, reflexo da política neoliberal que se alastra pelo país, atacando fortemente essa política e as demais políticas públicas sociais.

A perspectiva inicial era realizar um estudo acerca do processo de estágio em Serviço Social da UFCG, nas unidades de Assistência Social no município de Sousa-PB, por meio da pesquisa de campo com estagiários/as e supervisores de estágio, utilizando-se da técnica de entrevistas semi estruturadas, isto é, questionamentos básicos baseados em teorias relacionadas ao tema da pesquisa. No entanto, aconteceram questões que inviabilizaram esse processo, como por exemplo, a falta de computador, o curto período de tempo, tendo em vista que seria necessário enviar toda a documentação para o comitê de ética para dar início às entrevistas. Dessa forma, optamos pelo estudo bibliográfico fazendo uma relação do estágio com a política de Assistência Social.

O desejo em discorrer sobre este tema partiu da minha própria experiência de estágio no âmbito da assistência social, na qual houveram vários desafios, desde a inserção até a

finalização, onde pude observar a dificuldade enfrentada pelo coordenador de estágio do curso de Serviço Social da UFCG em busca de vínculos com os campos de estágio, a fim da disponibilidade de vagas, também pude notar os enormes desafios e o excesso de trabalho que recaiam sobre a assistente social, sendo que as suas condições de trabalho não eram totalmente adequadas, devido à falta de instrumentos de trabalho, como também de uma equipe qualificada para melhor organização das atividades desenvolvidas e uma melhor aplicação dos recursos que eram enviados para o custeamento das despesas na instituição.

Isso impactou diretamente no processo de ensino-aprendizagem, visto que em meio às inúmeras demandas chegadas à instituição, não existiam meios suficientes para atendê-las. Sendo assim, não foi obtido muito proveito durante o processo de estágio, pois, o que era pra ter sido uma experiência maior com a prática profissional, acabou ficando restrito apenas ao preenchimento de prontuários e à execução de algumas visitas domiciliares.

Essas experiências possibilitaram entender que apesar de todas as dificuldades, a formação profissional ocorre para além da sala de aula, que o estágio supervisionado é um espaço tão importante quanto à formação acadêmica, podendo unir sem precedentes a teoria e a prática. Onde é possível refletir sobre as diversas expressões da “questão social”, ter um contato direto com os/as usuários/as, ver os inúmeros desafios postos a essa política, pensar em estratégias de superação desses desafios, analisar cada ponto, entender o real além do que ele aparenta. Por isso, a importância da pesquisa sobre o tema apresentado no âmbito teórico-acadêmico torna-se relevante, partindo da necessidade de conhecer e entender como o curso de serviço social oferta essa disciplina de estágio curricular supervisionado.

Diante do contexto exposto acima, foi necessário compreender as particularidades do processo de estágio curricular em Serviço Social, buscando analisar a relação das instituições com a política de assistência social nesse processo de estágio.

A proposta investigativa traz inicialmente uma breve contextualização acerca do surgimento do Serviço Social na década de 1930. Por seguinte a pesquisa faz uma análise da política de assistência social a partir de 1988, com a Constituição Federal, onde é legitimada como direito, compondo o tripé da Seguridade Social Brasileira em conjunto com a saúde e a previdência, destacando os seus desafios até a atualidade. E por fim, a pesquisa investigou como ocorre o processo de estágio supervisionado na política de assistência social, mediante as dificuldades encontradas ao longo desse percurso.

É notório que o curso de Serviço Social tem avançado mesmo diante dos desafios da atual conjuntura, em viabilizar o estágio supervisionado para enriquecer a formação profissional diante das condições objetivas oferecidas pela universidade, assim como pelos

campos de estágios, porém, isso não deve acontecer de maneira superficial, e sim que possibilite uma formação profissional de qualidade, buscando analisar a realidade de cada um, para que todos/as possam ter um posicionamento crítico e comprometido com a sociedade.

A pesquisa objetiva contribuir intelectualmente para a construção de conhecimentos no geral, pois faz refletir sobre a precarização do ensino diante desses desafios que existem no contexto atual, estando cientes dos desafios encontrados no espaço acadêmico e saber que frente a um cenário onde o capital mantém o poder, é preciso lutar por uma formação de qualidade podendo superar os desafios impostos pela sociedade capitalista.

Para melhor compreensão da discussão, traremos no próximo tópico a definição do objeto da pesquisa e todos os passos metodológicos, a fim de entender como ocorre esse processo de investigação desenvolvida e os desafios que são postos ao investigador/a.

1.2 ELEMENTOS PARA COMPREENDER O OBJETO DA PESQUISA

A pesquisa é um elemento de extrema relevância durante o processo de estudo do objeto, com o intuito de conhecer as diversas complexidades da dinâmica da sociedade com uma perspectiva mais ampla através de um método científico para alcançar melhores resultados, inspirando o contexto no qual o objeto está inserido, que como frisa Gil “Pode-se definir pesquisa social como um processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (2009, p. 26).

Neste trabalho a pesquisa demarca aspectos teóricos, metodológicos e políticos que buscam investigar o objeto de estudo a partir de uma pesquisa que possibilita compreender a essência do objeto, não somente em sua aparência, cuja base é entender o movimento do real a ser investigado. Isto é, no processo da investigação, o pesquisador “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, p. 16).

Seguindo essa mesma lógica, temos como objetivo contribuir qualitativamente para o conhecimento de todos/as que desejam conhecer o processo de estágio na política da assistência social, que acontecerá a partir de informações colhidas durante o processo de investigação, tendo como um dos métodos de análise a teoria crítica marxista, capaz de compreender as contradições socioeconômicas e políticas da sociedade.

Durante o processo de investigação optamos por utilizar mecanismos que possibilitassem uma maior interlocução entre o investigador/a e o objeto de estudo, com o intuito de proporcionar uma melhor compreensão dos dados. Para enriquecer a análise

utilizamos o método crítico dialético, a fim de apreender como ocorre o estágio curricular na formação profissional de serviço social no cenário contemporâneo.

Busca arrancar da forma empírica do fenômeno a raiz histórica de sua constituição, os processos que os constituíram e este enquanto partícipe dos processos. Enfim, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e processos (PONTES, 2007, p. 66).

A perspectiva metodológica adotada na pesquisa é o método crítico dialético, já que o percurso tem como base um estudo a partir da problematização de uma posta realidade, em que o/a pesquisador/a é capaz de extrair do objeto de pesquisa suas diversas concepções, proporcionando dados para uma melhor interpretação da realidade na sua totalidade. Dessa forma, o método crítico dialético possibilita “analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2011, p. 24).

O critério utilizado para escolha desse método se deu pela concepção de mundo, onde podemos fazer uma reflexão do objeto construído pelo método de Marx partindo do concreto para alcançar o “concreto pensado”, que conforme Marx “As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (1982, p. 158).

É esse o método capaz de propiciar uma análise acerca do objeto real, buscando ultrapassá-lo, com o intuito de se aproximar das definições que o envolvem, ou seja, apenas através de uma investigação mais profunda do objeto, o/a investigador/a poderá compreender e explicar a realidade social a fim de alcançar os resultados desejados, utilizando-se da teoria social crítica e só assim poderá descrever o movimento da realidade analisada para poder traçar medidas de intervenção através dos dados coletados.

A pesquisa tem como finalidade analisar a realidade para além do que se apresenta, com o objetivo de compreender a essência do objeto através da sua problematização, levando em consideração a relação diversa entre o sujeito e o objeto. Por isso, é preciso que o pesquisador esteja dotado de criticidade para que possa extrair na sua raiz os conhecimentos necessários para conhecer a estrutura e a dinâmica da realidade e assim alcançar os resultados.

Cada pesquisador/a tem sua própria concepção a respeito da análise de uma determinada realidade, e para que possa compreendê-la na sua essência é necessário aprofundar-se melhor no tipo de pesquisa que deseja realizar. Dessa forma, é necessário que o/a pesquisador/a coloque-se frente a realidade, estabelecendo uma relação com o objeto, por meio de um posicionamento crítico e compreensivo, e não somente acerca do aparente,

objetivando buscar a causa da problemática para que assim possa alcançar os conhecimentos precisos e dar início a investigação.

Assim, a pesquisa deve ser realizada por meio de um método, utilizando-se de técnicas adequadas para que o/a investigador/a possa apreender as múltiplas concepções em torno do objeto e o contexto no qual ele se insere. Apenas por meio desse processo é possível entender e refletir as complexidades do objeto. “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155).

Para a realização do estudo, utilizamos a pesquisa de natureza qualitativa para que o/a investigador/a efetue uma melhor análise no decorrer da pesquisa. É preciso frisar que essa abordagem, intitulada como qualitativa tem como objetivo principal a apreensão dos significados sociohistóricos e das especificidades dos fenômenos.

Por isso foi interessante usar a pesquisa qualitativa, para que pudesse explorar elementos importantes, analisar, compreender e explicar os significados, as visões acerca do objeto, tendo como objetivo desenvolver uma compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

A pesquisa bibliográfica de caráter exploratório também contribuiu com o estudo, possibilitando explorar sobre a temática em questão, como também a partir da concepção dos autores e de suas contribuições no processo da pesquisa, dando sustentação à argumentação e fundamentação teórica, que como frisa Gil “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2008 p. 50).

Esse método de pesquisa almeja discutir a visão de diversos autores que trazem contribuições relevantes a respeito de um determinado assunto já abordado anteriormente relacionado aos acontecimentos da sociedade, a partir de livros, teses e artigos científicos, que são considerados importantes no conceito da atualidade, permitindo que o/a pesquisador/a alcance definições do movimento do real em sua forma mais abrangente (GIL, 2009).

A pesquisa de caráter exploratório possibilita que o investigador amplie sua experiência em torno da problemática em questão, portanto, ao analisar a pesquisa exploratória, Trivinõs (2013) afirma que “o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja” (p. 109). Desenvolvendo uma aproximação com o problema sob uma concepção mais geral, coletando os dados necessários de uma determinada realidade para atingir os resultados.

Sendo assim, o recurso utilizado para coleta de dados se deu a partir da pesquisa bibliográfica, tornando possível a compreensão de dados relevantes sobre o objeto pesquisado, utilizando-se da revisão de obras publicadas, fazendo análise e interlocução entre os textos, a fim de executar o trabalho científico.

Como sabemos, o Estágio Curricular, é um elemento complementar obrigatório que acontece através da inserção do/a aluno/a na instituição, onde vai ter o seu primeiro contato com a prática profissional, estando sob supervisão de campo e acadêmica, e tem por finalidade capacitá-lo/a, para que o/a mesmo/a venha exercer o seu trabalho profissional, intervindo com criticidade diante da problemática apresentada na sociedade.

Além do estágio supervisionado, o curso também oferece projetos de extensão e monitorias que são de grande relevância para a formação profissional do/a discente, pois possibilitam que o/a mesmo/a adquira mais conhecimentos para além da sala de aula, contribuindo qualitativamente em seu processo de ensino-aprendizagem, para que se comprometa com a transformação da realidade social.

Durante o curso da pesquisa foram coletadas informações necessárias e em seguida analisadas, a fim de compreendermos como ocorre o processo de estágio, quais os tipos de desafios que podem surgir ao longo do processo de ensino-aprendizagem, aos alunos/as que estão incluídos no campo de estágio nas unidades de Assistência Social.

Diante do que foi posto acima, foi necessário manter uma visão ampla sobre determinada realidade social analisada, para que a partir dos resultados obtidos, fosse possível compreender a complexidade e desafios, acerca do processo de estágio curricular supervisionado e assim fazer as ponderações necessárias. Mesmo que se tenha conhecimento sobre uma problemática, é necessário aprofundar-se no real para alcançar o “concreto pensado”.

Nesse sentido, a pesquisa busca compreender o objeto em suas múltiplas complexidades, possibilitando a apreensão do concreto, não mais de modo destituído da totalidade, visto que possibilita ao investigador/a ter um contato mais aprofundado com a realidade, criando estratégias para intervir por meio de questionamentos em seu processo de investigação.

Dessa forma, o estudo vem contribuir para a compreensão da realidade a partir da obtenção de informações durante a análise, através do método crítico dialético, capaz de analisar as particularidades do processo de estágio em serviço social, buscando traçar mecanismos que contribuam significativamente no decorrer da investigação.

1.3 SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Nos últimos tempos, a pesquisa tornou-se um instrumento importante para o Serviço Social por desenvolver produção de conhecimentos sobre a realidade social, pois é a partir dela que “o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas tão almejadas nas suas intervenções” (LARA, 2007, p. 74).

Por ser uma profissão de caráter interventivo, o Serviço Social busca compreender as múltiplas expressões da “questão social” e os complexos das relações sociais utilizando-se da pesquisa social no cotidiano da profissão para intervir com um posicionamento crítico a partir das demandas que lhes são apresentadas na contemporaneidade, objetivando encontrar as respostas necessárias no processo da investigação.

À medida que as expressões da “questão social” se intensificam, a relação entre pesquisa e Serviço Social torna-se cada vez mais indispensável, uma vez que o/a Assistente Social precisa traçar estratégias para o desvelamento da sua complexidade na realidade social, que se apresenta como desafios tanto na formação como no exercício profissional.

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (GUERRA, 2009, p. 13)

A investigação social é essencial para alcançar as respostas concretas durante o processo de pesquisa do contexto em que os sujeitos estão inseridos, para que o/a profissional de Serviço Social mantenha uma postura crítica no desvelar das informações obtidas e possa intervir na realidade buscando compreender o objeto para além da sua aparência, isto é, é necessária uma aproximação maior com a realidade para que a compreenda na sua essência, de uma forma mais aprofundada.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 2001 o Serviço Social consolidou o seu projeto ético-político, buscando uma capacitação no projeto profissional e de educação pública para desempenhar os/as estudantes nos campos universitários com o objetivo de superar o tradicionalismo, estabelecendo as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos para apreender a realidade e desenvolver estratégias em defesa dos

direitos dos sujeitos, ou seja, através da ação investigativa pode se ter uma apreensão melhor do real investigado, rompendo com as práticas acríticas, para que se faça uma reflexão sobre o concreto do cotidiano e assim poder avançar no desenvolvimento da intervenção, utilizando-se de práticas qualificadas de acordo com demandas e necessidades apresentadas.

É importante ressaltar que a aproximação da pesquisa com o Serviço social ocorreu no ano de 1970 que de acordo com Iamamoto (1998), passou a dar um novo significado de legitimidade para a profissão, desenvolvendo um leque essencial de conhecimentos nesse processo para as ciências de uma forma geral objetivando tratar da realidade posta. Seja na graduação, pós-graduação ou no exercício profissional é necessário que o Serviço Social mantenha essa relação comprometida com a pesquisa para desempenhar uma atuação profissional de qualidade, intervindo através de questionamentos que levam a buscar o porquê daquela situação.

O/a pesquisador/a deve romper com as antigas práticas para que possa intervir com competência e qualidade, a partir de questionamentos para a sua construção de conhecimentos alcançados no processo da pesquisa e objetivando colher os dados necessários, não apenas para compreender a realidade social, mas também para contribuir na vida dos sujeitos num contexto de lutas e desafios.

Nessa perspectiva teórica, a pesquisa não é para manusear “instrumentais” e “técnicas” que objetivam enjaular a realidade nos conceitos científicos; ao contrário, é para ter visão de homem e de mundo, posicionar-se diante da luta de classes e desnaturalizar as relações sociais da ordem burguesa (LARA, 2013, p. 227).

Nessa lógica, a pesquisa busca apreender as múltiplas determinações do objeto, proporcionando a abstração do concreto, não mais de forma desprovida da totalidade, para que assim possibilite que o/a investigador/a tenha um contato mais aprofundado com a realidade, capaz de traçar estratégias em seu processo de investigação.

Por isso, a pesquisa vem contribuir para a apreensão da realidade a partir das informações colhidas durante a investigação efetivada a partir de grandes referências, por meio do método crítico dialético, possibilitando analisar as particularidades do estágio curricular em Serviço Social. Buscando traçar estratégias que contribuam significativamente no decorrer da análise, a partir dos resultados da investigação e das demandas apresentadas como desafios a serem superados na dinâmica da realidade atual.

2 CAPÍTULO

II: FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: O PROCESSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo está dividido em três subitens: a Assistência Social, apresentada como direito do cidadão conquistado a partir da Constituição Federal de 1988, e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e seu papel em relação à gestão da Assistência Social.

No segundo subitem, através de reflexões sobre a realidade conhecida e as pesquisas bibliográficas realizadas de autores da área, é desenvolvida a temática do estágio supervisionado curricular obrigatório. O Estágio é componente fundamental no processo de formação acadêmica das mais diversas áreas, especialmente no curso de Serviço Social. Além das discussões relacionadas ao estágio curricular, o capítulo apresenta um breve resgate histórico sobre a legislação que rege o estágio e as mudanças ocorridas até a lei em vigor hoje; e por fim, o estágio curricular no âmbito do curso de Serviço Social.

E por fim, aborda-se o Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social inserido na Política Nacional de Assistência Social, destacando a importância da interlocução entre o discente estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo para a realização de uma formação profissional qualificada do discente.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

O serviço social era associado à Igreja Católica, utilizando a prática da assistência caritativa para intervir nas manifestações dos “problemas sociais”. Porém, somente a partir da transformação do capitalismo e o progresso industrial, foram criadas instituições de assistência social no Brasil.

A política de assistência social, fundamentada na perspectiva de direito, inserida na tríade da Seguridade Social em conjunto com a saúde e a previdência, passa a existir a partir da Constituição Federal de 1988, reconhecida como política social; antes da carta constitucional existiam apenas práticas assistenciais de natureza filantrópica, caritativa e benemerente.

As primeiras formas da assistência social estão ligadas a uma forma de ajuda, pois se dava através da solidariedade social das companhias religiosas, das instituições de caridade e de grupos filantrópicos. A pobreza no Brasil, até 1930, não era compreendida como uma

expressão da questão social, pois a mesma era vista como “caso de polícia” e tratada como doença.

Apenas a partir de 1930, no momento da agudização da questão social diante do forte período de industrialização, o Estado passa a atender, minimamente, às necessidades da população a partir do momento em que os trabalhadores tomam consciência da importância do seu papel na sociedade e da exploração em que estão inseridos.

No governo de Getúlio Vargas, nessa mesma década, houve as primeiras medidas de proteção social no Brasil, em que foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, sendo a primeira forma de presença da assistência social no Estado, tendo em vista que o povo brasileiro não tinha voz e, conseqüentemente, nada de democracia.

Nessa perspectiva constituiu-se a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, um marco que predomina a trajetória da assistência social, sob a forma da ação social como “ato de vontade”, desta forma com caráter eminentemente assistencialista. Aqui a assistência era prestada com o apoio das entidades religiosas e da solidariedade social.

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponenciada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A ideia de legião era a de um corpo de luta em campo ação. (SPOSATI, 2004, p.19).

Os atendimentos realizados pela LBA eram direcionados às famílias dos combatentes da Segunda Guerra Mundial, voltados para assistência social, judiciária, atendimento médico-social e materno-infantil. Posteriormente a LBA vai se aprimorando e passa a ter uma ampliação das suas ações, a atender outras pessoas, mas sempre numa perspectiva seletiva.

Somente no ano de 1988, com a Constituição Federal, que a assistência social é legitimada como direito, compondo o tripé da Seguridade Social Brasileira em conjunto com a saúde e a previdência, sendo caracterizada como política, garantida como direito social e que deve ser prestado a quem dela necessitar.

É indiscutível que a população brasileira por muito tempo almejou, através das lutas da classe trabalhadora, a aclamada “cidadania” e seus direitos; assim sendo, surgiu a Constituição Cidadã com caráter de democracia social e política, no entanto, já nos primeiros anos posteriores a CF/1988, em 1990 com o presidente Fernando Collor de Melo o Brasil deu início a era neoliberal - o novo modelo de acumulação capitalista, também conhecido como neoliberalismo.

Assim, a ideia de “Estado de Bem Estar Social” idealizado pela CF/1988 foi alterada por uma nova estratégia que garantisse e ampliasse o Modo de Produção Capitalista (MPC), ou seja, o processo de inserção da política neoliberal pode ser entendido quando esse novo regime de acumulação passa a intensificar a contradição entre as classes por meio da desigualdade social.

Como mencionado anteriormente, a política neoliberal implantada no Brasil a partir dos anos 1990, ocasionou diversas transformações. Segundo Montanõ e Duriguetto (2011), tais transformações estão ligadas aos três pilares do neoliberalismo: a ofensiva contra o trabalho, a reestruturação produtiva e a (contra) reforma do Estado. Ou seja, são estratégias encontradas pelo ideário neoliberal como forma de eliminar algum tipo de resistência ao processo de (contra) reforma do Estado. A “reforma do Estado” é uma reforma social, política e econômica, com vista à abertura do mesmo para a inserção do mercado, tendo por objetivo eliminar as conquistas da sociedade; nesse sentido é, na verdade, um processo de (contra) reforma.

Os impactos da política neoliberal que rebatem nos direitos da classe trabalhadora são inúmeros e desastrosos, inclusive no que diz respeito às relações do mercado de trabalho, onde as organizações sindicais e trabalhistas são enfraquecidas, disseminando a ideia de que os trabalhadores são preguiçosos, baderneiros, anarquistas, e isso, através do poder midiático onde o Estado busca exterminar a capacidade reivindicativa destes, simultaneamente há a precarização e desregulamentação do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, todo esse processo objetiva a obtenção de lucro por parte do Estado burguês - que está a serviço do capital, e se dá por meio do aumento do exército industrial de reserva, da subcontratação, privatizações, pois transforma as empresas estatais em privadas, a terceirização, onde permite que o capital tenha a sua disposição a mão de obra de acordo com suas necessidades, a relação formal passa a se tornar informal, ou seja, desprotegida e desregulada, flexibiliza-se as leis trabalhistas as tornando sem garantias e sem estabilidade, há reduções salariais, o sindicato de classe passa a ser sindicato de empresa, em suma, acarretando ainda mais na exploração da força de trabalho.

Com isso percebe-se que a política de Assistência é colocada como a porta de entrada para outras políticas, sendo demonstrado o aumento por essa demanda, se transformando como mecanismo fundamental da proteção social.

O marco histórico importante da política se deu em 1993, que tornou conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a política de assistência social “direito do cidadão e dever do Estado”. Esta Lei introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças

estruturais e conceituais, porém o Estado e a sua efetivação tornam essa política contraditória, pois ao mesmo tempo que é um direito, também é excludente e restritiva.

Sabe-se que a Assistência Social não se configurava como direito, mas como ótica filantrópica, como um favor. Essa política passa a evoluir ao longo do percurso histórico a partir das diversas lutas organizadas da sociedade e pela criação da LOAS.

As consequências que a contra reforma do Estado trouxe e vem trazendo para a classe trabalhadora e para a Política de Assistência Social são preocupantes, visto que acarreta o desmonte das políticas e direitos sociais. A implementação da LOAS se deu em aspectos que comprometem a sua efetivação. Há restrição de direitos; as expressões da “questão social” se intensificam; a política segue uma “ordem” de clientelismo, favoritismo, meritocracia, pois se desvincula do direito e é disponibilizado através do mérito, “seu benefício o sujeito porque gosto dele ou porque é da minha família”.

A forma como a política de assistência vem sendo operacionalizada não dá condições para garantir a expansão da cidadania, pois ela serve muito mais ao capital do que a população, visto que, ao mesmo tempo em que defende a cidadania também faz com que as ações sejam paternalistas. Mesmo que diante dos ditames do capital e do cumprimento da agenda neoliberal no Brasil, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a Política de Assistência Social vivencia um novo marco em sua história.

A Constituição Federal de 1988 trouxe diversas conquistas para a sociedade brasileira, dentre elas a Seção da Assistência Social, contida nos artigos 203 e 204. Foi durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva que houve a aprovação, em 2004, da PNAS e também da Norma Operacional Básica de 2005 e do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS que estrutura a LOAS.

O SUAS é um sistema público que constitui de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil. Sua gestão é mútua, abrangendo a sociedade civil, articulando esforços das três esferas do governo, por meio da gestão compartilhada, sendo estruturado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Dentre as finalidades do SUAS, está a organização e regulação das práticas e serviços socioassistenciais em todo território brasileiro, estes, com foco preferencialmente às famílias (BRASIL, 2005).

Segundo a PNAS, o SUAS

define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos:

I - Matricialidade Sociofamiliar.

- II - Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- III - Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- IV - Financiamento.
- V - Controle Social.
- VI - O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- VII - A Política de Recursos Humanos.
- VIII - A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (BRASIL, 2005, p. 39).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) manifesta a concretude da Assistência Social como suporte do Sistema de Proteção Social Brasileiro no campo da Seguridade Social e traz a divisão dos tipos de proteção social (proteção social básica e proteção social especial, está subdividida em média e alta complexidade).

Como dito no parágrafo acima, seguindo a lógica de organização do SUAS, a Assistência Social possui suas ações estruturadas em dois tipos de proteção de acordo com suas singularidades, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, tendo como foco principal voltado à proteção à família.

A proteção social básica visa prevenir os riscos sociais por meio da oferta de programas, serviços e benefícios, estimular a convivência por meio do incentivo à socialização da família e da sociedade, alcançar a inclusão social por meio da garantia de direitos e buscar estabelecer a autonomia dos indivíduos a quem serve.

A Proteção Social Básica tem como objetivos:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2005, p. 33).

Os serviços associados à proteção social básica são organizados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de cada município. Além disso, os benefícios fornecidos pelo SUAS são planejados com os serviços oferecidos, que podem ser prestados pontualmente ou de forma contínua, de acordo com cada particularidade, concretizando o que a LOAS prevê para tais benefícios.

Além da proteção social básica, o SUAS, visas garantir a proteção social especial, buscando à reorganização dos serviços de residência, abrigo e maternidade para indivíduos sem proteção e amparo familiar, cuja relação tenha sido totalmente rompida. Essa proteção especial é dividida em níveis de complexidade, de acordo com os serviços prestados.

Os serviços identificados como de média complexidade são atendimentos a famílias e indivíduos com direitos violados, mas que ainda mantêm vínculo familiar. Neste caso, os

direitos violados vão além da pobreza e da privação de acesso a bens e serviços, em que os indivíduos já se encontram em situação de exclusão social (Brasil, 2005), estando em situação de risco pessoal ou social.

Estes serviços são ofertados juntamente aos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) buscando articular ações que visem a proteção da família e seus vínculos, aos indivíduos que ainda possuem vínculo e convivência familiar, mas que se acham ameaçados e fragilizados resultante da situação de vulnerabilidade social.

Já os Serviços de Alta Complexidade são os que possuem como finalidade a proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco, bem como aos que se encontram em situação de abandono, cujos direitos são ameaçados ou violados. A maioria desses indivíduos se encontra em situação de risco social, necessitando de acolhimento e afastamento do convívio familiar, por possuírem seus vínculos rompidos ou extremamente fragilizados, devido a múltiplos fatores, incluindo violência física, psicológica e sexual (BRASIL, 2012).

No próximo subitem deste capítulo, as discussões são relacionadas ao estágio curricular, apresentando um breve resgate histórico sobre a legislação que rege o estágio e as mudanças ocorridas até a lei em vigor hoje; e por fim, o estágio curricular no âmbito do curso de Serviço Social.

2.2 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio curricular supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social, apresenta particularidades em sua configuração e legislação. Assim como nas demais profissões, o estágio curricular está baseado na inserção do/a discente junto aos campos de atuação, possibilitando com isso o contato com a prática profissional.

A Resolução do CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, apresenta a importância do estágio curricular supervisionado. Assim como nas demais profissões, o estágio curricular está baseado na inserção do/a discente junto aos campos de atuação, possibilitando com isso o contato com a prática profissional, por meio do acompanhamento do/a supervisor/a acadêmico/a e de campo, sem vínculo empregatício algum, mas que contribui significativamente para o seu aprendizado.

Ao discorrer sobre a supervisão de estágio, Lewgoy (2009) apresenta um termo para definir o conjunto de sujeitos envolvidos neste processo, o/a discente estagiário, o/a professor-supervisor e o/a supervisor de campo, formando assim, a tríade. Por meio dessa relação entre os sujeitos da tríade, busca-se a profissionalização qualificada do discente, a ampliação do seu olhar crítico sobre a realidade social com a qual se depara no campo de estágio. Em que o

professor- supervisor ocupa o papel de instigador, fazendo com que o discente resgate seu material teórico adquirido até o momento, enquanto o supervisor de campo busca integrar e familiarizar este estagiário, ao espaço que ele está inserido, construindo assim o fazer profissional nos mais variados campos de atuação.

“no serviço social o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista sua formação” (BURIOLLA 2001, p.13).

A ABEPSS elabora a construção de uma Política Nacional de Estágio – PNE, que visa a contribuição do processo teórico prático do/a discente para formação profissional do/a assistente social. Essa política é resultado de muitas lutas no decorrer dos cursos de Serviço Social, em meio a esses impactos desafiadores causados pela contra reforma do Estado neoliberal. Foi um salto qualitativo para o ensino superior e deve ser referência nas unidades de formação acadêmica, pois traz consigo um enriquecimento intelectual nesse processo de formação do/a discente.

As Escolas de Serviço Social passaram a construir os primeiros campos de estágio para que os estudantes pudessem conhecer de perto o fazer profissional e as necessidades dos usuários em seu processo de aprendizagem, de modo a contribuir para sua formação profissional, através da relação entre supervisão e estágio, utilizando-se de discursos teórico, metodológico e político.

Segundo Lewgoy (2009) a supervisão de estágio “corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender” (p. 65). É a partir desse processo que o/a discente vai possuir uma aproximação significativa com a dinâmica da realidade para a sua formação profissional, em que o/a supervisor/a e o/a estagiário/a precisam refletir sobre a concepção de trabalho que se deve intervir na “questão social” apresentada.

A supervisão de estágio é canal de ligação entre as disciplinas e os campos de estágio, na medida em que privilegia a análise conjuntural de processos sociais em curso na sociedade geradora das múltiplas expressões da questão social; ela possibilita a elaboração e reelaboração do objeto de intervenção e a criação de estratégias comprometidas com a dimensão ético-política do projeto profissional em suas particularidades socioinstitucionais (LEWGOY, 2009, p. 167).

No Brasil, o estágio surgiu como disciplina obrigatória do currículo de serviço social, começando na década de 1930 com as primeiras escolas de serviço social em São Paulo, em 1936, e um ano depois com a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. É nesse processo de ensino e aprendizagem que o/a discente vai ter o seu primeiro contato com o exercício profissional, possibilitando um desenvolvimento de conhecimentos teórico-metodológicos,

ético-políticos, técnico-operacionais que o oriente, sem que de forma alguma possa substituir o trabalho dos profissionais.

Embora esteja presente no curso de serviço social desde a década de 1930, as organizações de estágio só começaram a surgir por volta de 1940, durante o Segundo Congresso Pan-Americano de Serviço Social em 1949.

Em virtude do contexto socioeconômico e político, emergiu tanto a necessidade quanto a demanda de uma formação qualificada ao ensino em Serviço Social no Brasil, o que delineou um novo contorno à supervisão na década de 1940. Esse período demarcou a criação e o desenvolvimento das grandes instituições assistenciais estatais [...] Foi o momento em que se ampliou o mercado de trabalho para a profissão [...] (LEWGOY, 2009, p. 71)

Desde a regulamentação da profissão, manifestam-se legislações específicas, com o objetivo de regulamentar a prática de estágio, assegurando a qualidade deste processo, e conseqüentemente, uma formação profissional qualificada. A primeira legislação do Serviço Social foi a Lei N.º 1.889/53, regulamentada pelo Decreto N. 35.311/54 que visa a normatização do ensino, à organização dos cursos e à oferta de componentes (BURIOLLA, 2001).

Em 27 de agosto de 1957, foi aprovada a Lei N. 3.252/57 de Regulamentação da Profissão. A referida Lei foi regulamentada a partir do Decreto Federal no 994 de 15 de maio de 1957. Ao mesmo tempo em que é criado o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), conforme a Lei de Regulamentação da Profissão, com o intuito de direcionar os profissionais, e fiscalizar o exercício da profissão de Assistente Social, além de fiscalizar os já existentes Conselhos Regionais de Assistência Social (CRAS). Esta Lei também define as atribuições do Assistente Social, dentre as quais está à supervisão dos/as estudantes, assegurando que somente profissionais do Serviço Social possam exercer a função de supervisor.

Na década de 1970, por meio da Resolução nº 242/70, o Conselho Federal de Educação (CFE) estabeleceu um currículo mínimo para os cursos de serviço social, especificando os componentes práticos e teóricos oferecidos pelos cursos. Em seu artigo 7º percebe-se a função da teoria no curso de Serviço Social, e mais adiante, o artigo 9º regula o ensino prático e teórico:

[...] a teoria do Serviço Social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas a ação social, e a de ligar a ordem teórica a ordem prática; [...] os estágios práticos, base do curso na sua base profissional, acompanharão toda duração desta em orgânica articulação com os estudos teóricos (BRASIL, 1970 apud BURIOLLA, 2001, p 14).

Na mesma década, o Conselho Federal de Educação implantou um currículo mínimo dos cursos de serviço social em 1977 por meio da mesma instituição, Lei nº 6.494 de 7 de

dezembro de 1977 implementando o estágio para estudantes matriculados em unidades de ensino superior de 2o grau e supletivo, assim, mantendo frequência em disciplina específica de estágio. Para além do estipulado anteriormente, a lei prevê ainda que os estagiários realizem estágios em instituições que possuam condições necessárias para o processo de ensino-aprendizagem. A lei também regulamenta a segurança dos estagiários durante o processo, exigindo que o termo de compromisso de estágio seja firmado entre o aluno e a unidade que oferece o estágio sem dispor de vínculo empregatício.

Já na década de 80, com a Lei nº 6.494 do Decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982, os estágios receberam maior atenção, pois a dita lei determina que os contratos e convênios entre os espaços acadêmicos e os campos de estágios devem ser cumpridos, de acordo com esse termo de compromisso. Portanto, a lei visa oferecer garantias e obrigações para os sujeitos envolvidos nesse processo, aluno, supervisor acadêmico e supervisor de campo. É importante enfatizar que ainda na década de 80, o estágio curricular torna-se destaque histórico-social na instituição de direitos, principalmente no que se refere aos sociais, embora a Constituição Federal de 1988 não apresente em matéria.

Mais adiante, em 07 de junho de 1993, a Lei N. 8.662/93 de Regulamentação da Profissão é aprovada juntamente ao novo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais com a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) N. 273 de 13 de março de 1993.

Essas transformações

[...] afiança ao Assistente Social as condições objetivas de pautar seu trabalho pela lógica da democracia e pela diretriz da garantia de direitos humanos e sociais para todos. Assim, o profissional que vive hoje o desafio de materializar nos diversos campos de atuação um trabalho identificado com esses propósitos, deve conhecer em profundidade a legislação que oferece as condições objetivas para que os interesses da população sejam preservados e cobrados (CRESS, 2009, p.12).

No que concerne ao Estágio Curricular Supervisionado, transfigura-se atribuição privativa através da supervisão de estágio. O artigo 4º do Código de Ética, estabelece:

É vedado ao assistente social:

- d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
- e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas, que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário (CRESS, 2009, p. 29).

É notória a preocupação da Profissão em oferecer o estágio, como requisito necessário no processo de aprendizagem, com o intuito de que possa contribuir significativamente para a formação profissional. Assim como, da relevância do acompanhamento profissional para o/a discente em formação, através das competências privativas do assistente social, neste caso, como do profissional supervisor de campo, durante todo o percurso.

Em 1994, depois de doze anos da implantação do Currículo Mínimo dos Cursos de Serviço Social, uma nova mudança é apontada no currículo, através de revisões realizadas no antigo, vigente até o momento. A partir deste novo Currículo é ajustado as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABEPSS) para Formação Profissional. Surge um novo significado para o projeto da profissão, trazendo princípios e diretrizes para a formação profissional. Estabelecendo, além de tudo, a divisão dos novos currículos acadêmicos, por meio de seus componentes curriculares e indicando as disciplinas a serem empregues nos Cursos de Serviço Social. Enquanto ao estágio, permanece sendo assegurado como elemento curricular obrigatório para a formação no Curso de Serviço Social, atendendo as mesmas normas da Resolução N. 06/82, quanto às condições de ingresso ao estágio.

As Diretrizes Curriculares de 1996, em seu ponto 3.3, determina o estágio como:

uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade de Campo de Estágio, tendo como referência a Lei de Ética do Profissional (1993) (CRESS, 2009, p. 56).

Com as mudanças apresentadas nas Novas Diretrizes, diante do Novo Currículo Mínimo dos Cursos de Serviço Social, ressalta-se a carga horária mínima do estágio, que começa a ser de 15% em relação à duração do curso, e não mais de somente 10%, como regulamentava anteriormente, o período de realização do estágio, e a inclusão de disciplinas e atividades no currículo acadêmico, que abordam a inserção do aluno na prática, além do estágio obrigatório (CRESS, 2009).

Conforme Lewgoy (2009, p.89), no que diz respeito às mudanças observadas após as Diretrizes Curriculares de 1996, afirma que sua promulgação “influenciou de maneira substantiva a direção do ensino em Serviço Social e, dentre os vários componentes curriculares, o da supervisão de estágio [...] a supervisão passou a ter a visão de processualidade na formação do assistente social”.

Atualmente, é a Lei N. 11.788/08 que regulamenta o estágio em todas as áreas do conhecimento. Com base na referida lei, o CFESS, através da Resolução N. 533, de 29 de setembro de 2008, regulamenta a supervisão direta do estágio em Serviço Social, observando as particularidades do curso. Esta resolução serve de apoio para legislações específicas de cada unidade de ensino, devendo as mesmas estarem em conformidade com os princípios que regem a lei acima citada.

Ao abordar a importância do estágio curricular para a formação profissional através da retomada histórica do estágio e de seu significado para o Serviço Social, o próximo tópico, tratará o estágio curricular supervisionado em serviço social na política de Assistência Social, como um dos espaços de atuação profissional, buscando entender este espaço como campo de estágio.

2.3. O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O objeto dessa pesquisa consiste em analisar como ocorre o processo de estágio curricular supervisionado em Serviço Social nas unidades de Assistência Social, em vista das condições oferecidas pelos campos de estágio, no cenário contemporâneo.

Percebe-se que o processo de Ensino Superior vem sofrendo fortes transformações ao longo dos últimos anos. Transformações essas que intensificam o retrocesso como um todo na sociedade brasileira, mas irei me deter aqui, em especial, a formação profissional em Serviço Social que não passa ilesa em tal conjuntura, pois é uma graduação que busca formar profissionais qualificados frente a questão social.

Uma das atividades mais importantes para esse processo é o estágio curricular supervisionado, fazendo uma interlocução entre a teoria e a prática, em que pressupõe ao/a discente um olhar reflexivo, investigativo e crítico do fazer profissional no cotidiano, possibilitando um desenvolvimento de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operacionais que o oriente.

No entanto, existem inúmeros fatores que dificultam para que esse processo ocorra de forma qualificada, devido aos impactos causados pela política neoliberal, inclusive no âmbito da Assistência Social que são bastantes desastrosos, levando a privatização, precarização e desregulamentação. É importante lembrar que a política de assistência social passa a existir a partir da constituição federal de 1988 e é fundamentada na perspectiva de direito social, compondo o tripé da seguridade social brasileira em conjunto com a saúde e previdência para aqueles que dela necessitam.

Para compreender melhor os complexos desafios da política da assistência social e como funcionam os órgãos gestores, é fundamental mostrar os seus antecedentes históricos, onde trazem a luta por direitos sociais. É essencial refletir sobre a Política de Assistência Social através de um estudo sócio histórico na sociedade brasileira, que antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social era tratada como caridade, favor, filantropia, sendo mera questão de benevolência para com os mais pobres, ou seja, não tinha caráter de direito.

Alguns estudiosos do final do século XIX escreveram livros e artigos em jornais falando da assistência pública. Destaca-se Ataulpho Nápole de Paiva, que trouxe uma importante contribuição para o conhecimento da assistência. Como vemos a preocupação com a assistência pública que realmente atendesse as necessidades da população já tinha raízes no século XIX.

Durante o governo de Getúlio Vargas, as gestões, órgãos governamentais, instituições, tinham um caráter conservador, e um pensamento de que a assistência social trazia comodismo, ociosidade e um baixo interesse de pessoas para o trabalho. Afirmavam que implementar as políticas de cunho social trazia acomodação da população. Excluía-se a população usuária das decisões sociais, em contrapartida davam autonomia para alguns técnicos e dirigentes de organizações.

A ditadura dos anos 1930 controlava fortemente os meios de comunicação, como o rádio e a imprensa em geral, sendo vigiada na tentativa de se combater qualquer manifestação da população, tornando-se cada vez mais frágeis as reivindicações dos trabalhadores. No ano de 1947 foi criada a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) com a finalidade de atender as famílias das pracinhas combatentes na Segunda Guerra Mundial. No início tinha caráter de atendimento materno-infantil, alguns anos depois esta instituição foi crescendo e foi necessário que ela acompanhasse as demandas do desenvolvimento econômico e social do país, e também conhecer o estado de vulnerabilidade social da população.

Nos anos subsequentes ao pós-Segunda Guerra Mundial, que vão de 1945 até a primeira metade dos anos de 1970, que ficaram conhecidos como “os anos dourados” da economia capitalista, houve um aumento da produção das mercadorias. Na década de 1960, o Brasil entra no processo de industrialização, onde as desigualdades sociais vão aumentando significativamente. Ao invés do país melhorar as políticas sociais, ao contrário, elas vão sendo feridas no processo de industrialização.

Em 1973, com a crise do petróleo, a economia capitalista começa a desacelerar a produção e entra em crise. A política de bem-estar social é questionada e sendo aos poucos

desarticulada, com isso, culminaram-se com a diminuição do tamanho do Estado, reduzindo drasticamente os recursos destinados à assistência social, às políticas sociais, às políticas públicas, etc.

Na década de 1980, os estudos realizados em torno da assistência vão se ampliando; livros são publicados, conferências, simpósios, seminários, entre outros eventos são realizados com a finalidade de se aprofundar e encaminhar o nascimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Na mesma década a sociedade brasileira viveu um contexto em que se exigia do setor assistencial práticas inovadoras para dar respostas às diversas demandas apresentadas na dinâmica da nova realidade. Um número expressivo da sociedade pedia respostas rápidas e eficazes de uma política assistencial.

Percebia-se a insatisfação da população em relação ao governo, onde as taxas de desemprego só aumentavam juntamente com os números da violência. Novas expressões da “questão social” surgiram de forma mais agudizada devido à própria contradição entre capital/trabalho.

É nesse cenário que o Serviço Social participa ativamente com os representantes das diferentes áreas em prol do surgimento da LOAS, como política de assistência social que tenha em seus fundamentos o reconhecimento e efetivação dos direitos sociais. Uma política de caráter democrático, tendo à frente os interesses da população, enfrentando o pensamento liberal conservador, que afirma a assistência social como incentivo ao comodismo. Pelo contrário, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. As ações de benevolência e filantropia são questionadas por esses novos atores, através de críticas em relação a esses tratamentos de “ajuda” e de “favor” do Estado. A assistência social deve ser trabalhada de forma correta, prestar assistência a quem dela necessitar, sem ser preciso contribuição alguma.

Esse forte avanço conquistado com o esforço de diversos profissionais, intelectuais e a população através da sua participação, possibilitou nos anos 1990, várias outras conquistas como a Política Nacional do Idoso, em 1994, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Na decorrente década, os esforços para a construção do projeto da LOAS ficam cada vez mais fortes. No entanto, o projeto foi vetado pelo presidente da república Fernando Collor. A desculpa do governo em relação ao veto era de que o projeto não tinha responsabilidade de assistência social. É notório verificar os interesses do executivo em vetar o projeto da LOAS. Por trás do veto presidencial havia muitos interesses políticos e econômicos, atendendo as ordens dos governos neoliberais, que tinha em suas propostas: combater os sindicatos, os

movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora, baixar os salários, combater as políticas públicas e sociais em geral.

Não aprovar a LOAS para o governo neoliberal era interessante, já que para garantir lucros e acumulação é necessário maximizar os lucros do capital e minimizar o tamanho do Estado, flexibilizar as relações de trabalho, conseqüentemente atingindo as políticas públicas e sociais.

Somente em 07 de dezembro de 1993 que a LOAS torna-se lei, sancionada pelo presidente Itamar Franco. Foi uma conquista muito importante para a sociedade brasileira, agora a assistência social é lei de direito para os cidadãos. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 realizou-se uma reunião entre os organismos multilaterais, economistas, os organismos financeiros internacionais e representantes do grande capital com o objetivo de implementar a política neoliberal na América Latina.

A contrarreforma do Estado tem em seus interesses, a diminuição do tamanho do Estado, isto é, a redução dos gastos sociais em contrapartida tem-se a valorização do Estado máximo para o capital. Uma série de medidas foram tomadas com o objetivo de implementar os “ajustes fiscais”. Através da reestruturação produtiva há a necessidade do capital se transformar em decorrência das novas condições que surgiram na dinâmica da produção.

A desregulamentação da economia, a privatização de empresas nacionais públicas, a flexibilização das relações de trabalho, subcontratações, terceirização, entre outras medidas de “ajustes” atingiram drasticamente a classe trabalhadora; esses “ajustes fiscais” de minimização do Estado e maximização do capital, através da contrarreforma do Estado que ferem fortemente as políticas sociais. A LOAS como uma política de assistência social sofre as conseqüências da política econômica neoliberal com a redução dos gastos sociais, a precarização, a fragmentação enfraquece a LOAS. Viabilizar os direitos sociais tornam-se desafios cotidianos trabalhando com o mínimo de forma precarizada.

Um avanço importante para a política de assistência social surge em 2004, com a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mas, transformou-se em lei somente em 2011, com o objetivo de efetivar os prescritos da Constituição Cidadã e avançar o que foi previsto na LOAS, tendo em vista a tentativa de enfrentamento das desigualdades sociais, a defesa dos mínimos sociais, fornecendo condições para atender problemáticas sociais e a expansão dos direitos sociais.

Como já dito no item 2.1 deste capítulo, a PNAS-2004 estabelece os níveis de proteção social que são organizados pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo esta subdividida em média e alta complexidade. É importante frisar que estes níveis de proteção

apresentam objetivos que se diferem e que estabelecem serviços, programas, projetos e benefícios específicos a depender das demandas que lhes chegam (violação de direitos), ou que necessitam serem desenvolvidos para prevenir possíveis riscos sociais (prevenção da violação de direitos).

A primeira diz respeito ao caráter preventivo e de inclusão social. Visa, portanto, “prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento e potencialidade e aquisições e o fortalecimento dos vínculos afetivos familiares comum”, conforme é elucidado pela PNAS (2004, p.27). Estabelece o desenvolvimento de serviços e programas, projetos de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, de acordo com a situação apresentada de vulnerabilidade.

Os serviços de Proteção Social Básica – PBS deverão ser executados de forma direta nos Cras – Centro de Referência da Assistência Social, ou de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos Cras, sempre sob coordenação do órgão gestor da política de assistência social por se tratar de unidade estatal. (COUTOEt, Al 2011, p. 42),

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS se configura como uma unidade pública municipal, de base territorial, sendo localizados nas áreas de incidência de vulnerabilidade, como também de risco social. Assim, os municípios devem identificar os locais de maiores riscos sociais, para que o CRAS possa ser instalado. As ações que são essenciais nesta modalidade de atuação são a visita domiciliar, o acompanhamento familiar, a articulação de rede sócio assistenciais, a promoção e articulação intersetorial da rede sócio assistencial, os encaminhamentos e grupos sócio educativos. É pertinente frisar, ainda, que a expansão do CRAS, desde sua criação vem fortalecendo a proteção social básica no contexto do SUAS.

A Proteção Social Especial, por sua vez, está voltada para as famílias e indivíduos em situação de risco social e pessoal. Esta modalidade subdivide-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade, que se referem ao atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados, cujo vínculo familiar e comunitário não é rompido, e os serviços ofertados estão disponíveis no Centro de Referência Especial da Assistência Social – (CREAS). E a Proteção Social de Alta Complexidade que visa garantir a proteção integral sendo ela: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do núcleo familiar e/ou comunitário.

Pode-se compreender que os Serviços de Proteção Social têm como objetivo prover as seguranças sociais, na busca por reduzir ou prevenir riscos e vulnerabilidade social, como

também objetiva prover as necessidades emergenciais, que desejam oriundos de problemas pessoais, ou sociais dos usuários da política.

É importante frisar que a PNAS-2004 objetiva a implantação do Sistema Único de Assistência Social, de caráter descentralizado e participativo, que trabalha com a gestão das normas específicas da Assistência Social na área da proteção social brasileira. Estabelece a forma de gestão compartilhada, através de financiamento e articulação das três esferas de governo, de caráter complementar, executando a proteção social não contributiva de seguridade social na área da assistência social. A lei foi sancionada, em 6 de julho de 2011, assegurando a continuidade do SUAS.

A Norma Operacional Básica de 2005, que foi aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15/07/ 2005, trouxe conquistas que foram atingidas com as NOBs que antecederam, onde aplicasse os níveis de gestão, responsabilidades, das três esferas de governo, instrumentos de gestão e o cofinanciamento de partilha já no âmbito do SUAS.

O cenário atual de desmonte das políticas públicas, acaba rebatendo não somente, mas também nos campos de estágio em Serviço Social, devido os vários desafios que são postos a esta referida política. Os desafios e o excesso de trabalho que recaem sobre o/a assistente social são enormes e suas condições de trabalho não são totalmente adequadas. Muitas vezes esse/a profissional não possui uma sala separada para realizar o seu trabalho de forma mais privada. Ou até mesmo falta uma equipe qualificada para melhor organização das atividades desenvolvidas, como também da aplicação dos recursos enviados para o custeamento das despesas nas instituições. Essas são algumas das possíveis dificuldades que a profissional pode lidar cotidianamente.

O estágio curricular obrigatório é considerado um elemento importante de vivências e experiências com a prática; é um dos momentos de capacitação e concretização do aprendizado, mediante a inserção do discente nos campos de atuação profissional (BURIOLLA, 2001; OLIVEIRA, 2004; LEWGOY, 2009).

O CRAS, além de significar a principal porta de entrada de acesso ao SUAS (BRASIL, 2012), também se caracteriza como principal campo de atuação profissional, assim como, um campo de inserção de estagiários do curso de Serviço Social, em que, o estagiário passa a ser integrante da equipe técnica de trabalho. Nesse sentido, o estagiário se insere na equipe técnica de trabalho, desde que o estágio esteja de acordo com as leis específicas (Lei N.º 11.788/08) que dispõem sobre o estágio de estudantes, e sua relação, classificação e definição do estágio.

No que se refere à inserção de estagiários no CRAS,

A equipe de referência dos CRAS pode ser, ainda, complementada por estagiários. A regulação da inserção de estagiários no SUAS está prevista na NOB-RH/SUAS, mas de modo preliminar recomenda-se que o estágio realizado no CRAS seja regulado por meio de convênio entre o órgão gestor da política de assistência social (municipal, do DF e/ou estadual) e instituições de ensino superior. Os estagiários devem, obrigatoriamente, contar com a supervisão de um técnico de nível superior da equipe de referência do CRAS (BRASIL, 2009, p.16).

É preciso que o/a profissional esteja bem preparado e capacitado para dar respostas e soluções às diversas demandas nos espaços da política de assistência social, possibilitando que a população usuária tenha seus direitos garantidos constitucionalmente efetivados. As diversas demandas que se apresentam a esses campos trazem questões complexas e difíceis, que desafiam a atuação do/a assistente social. Diante disso, estar capacitado e bem preparado para intervir nessas demandas trará resultados satisfatórios para o seio social em que as manifestações da “questão social” são mais agudas.

Nesse sentido, compreende-se a necessidade da existência de atuação profissional que esteja em relação com o projeto profissional; também há a necessidade de uma equipe articulada e qualificada para o desenvolvimento dos serviços ofertados, de acordo com a PNAS-2004. É visto que a estrutura da política de assistência social há anos se encontra bastante fragilizada, fragmentada, precarizada, pois, são reflexos do sistema neoliberal que se alastra pelo país, atacando fortemente essa política e as demais políticas públicas sociais.

Contudo, é sabido que a experiência com a prática no cotidiano profissional é tão importante quanto à formação acadêmica, podendo unir sem precedentes a teoria e a prática, possibilitando refletir sobre as diversas expressões da “questão social”, ter um contato direto com os/as usuários/as dessa política, presenciar os inúmeros desafios, pensar em estratégias de superação desses desafios, analisar cada ponto, entender o real para além do que ele aparenta, ou seja, compreender o sujeito/fenômeno na sua essência. Portanto, há a necessidade de uma reformulação da Política Nacional de Assistência Social, através de maiores investimentos e planejamento em seus espaços de atuação profissional, tanto na oferta dos serviços para quem necessita, quanto para os profissionais e os discentes estagiários que serão instruídos ao exercício profissional através dessas unidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, ficou claro entender como é importante o processo de estágio curricular supervisionado para que o/a discente em Serviço Social possa ter o seu primeiro contato com a prática, para além do que é posto em sala de aula, e como os campos de estágios da política de Assistência Social devem ser trabalhados de forma séria, ou seja, que possam contar com recursos necessários para atender as demandas ali postas, bem como, profissionais qualificados que sejam capazes de repassar os conhecimentos essenciais ao/a estagiário/a, através do seu modo de intervir na problemática.

O/a supervisor de estágio precisa estar bem preparado para realizar a intervenção técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-política de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social e o código de ética da profissão. Conhecer profundamente a realidade, as expressões cada vez mais gritantes da “questão social” e dar um direcionamento ético-político a sua atuação. Assim como, o supervisor acadêmico precisa estar sempre em articulação com o supervisor de campo, buscando compreender se a política e o espaço ao qual o discente foi inserido, contribui ou não para uma formação qualificada.

A articulação entre esses dois profissionais, trabalhando juntos como supervisores é fundamental para a formação profissional do/a estagiário/a. É essencial também, a articulação na rede sócio assistencial para encontrar estratégias e alternativas às demandas apresentadas. Nessa conjuntura neoliberal as políticas públicas e sociais estão cada vez mais precarizadas, fragmentadas, prejudicando a sociedade como um todo.

Portanto, exige-se um/a profissional que saiba realizar uma supervisão eficaz, que dê sentido às suas ações, por meio de ferramentas precisas, esforçando-se ao máximo durante o processo de ensino-aprendizagem do/a discente estagiário/a, para que esse/a possa viabilizar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora e garantidos constitucionalmente aos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF**: O Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família- PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2012. 1ª edição.
- BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de assistência social, 2005.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e B. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CEFESS. **Seminário Nacional**: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011.
- COUTO, Mia, Mia Couto e o exercício da humanidade. **Entrevista a Marilene Felinto**. Disponível em <www.uol.com.br/html/textos>. Acesso em: 24 jun. 2011.
- GRESS, **Lei 8.742** de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social Coletânea de Leis do Serviço Social, Porto Alegre, Editora Palmarinca, 2009.
- GRESS, Resolução CFESS 273 de 13 de março de 1993. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Coletânea de Leis do Serviço Social, Porto Alegre, Editora Palmarinca, 2009.
- GRESS, **Diretrizes Curriculares da ABPESS para a Formação Profissional**. Dispõem sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Coletânea de Leis do Serviço Social, Porto Alegre, Editora Palmarinca, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6-ed. – São Paulo: Atlas, 2008.
- GUERRA, Yolanda A. D. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: ABEPSS e CFESS. (Org.). Direitos Sociais e competências profissionais. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília- UNB CEAD, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social**: desafios na construção de um projeto de formação. Cadernos Abes, n.6, São Paulo: Cortez, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5ª. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LARA, Ricardo. **A Pesquisa no Serviço Social e a Tradição Materialista-Dialética**. In: José Fernando Siqueira da Silva. (Org.). Sociabilidade Burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

LARA, Ricardo. **Pesquisa e Serviço Social**: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. Revista Katálysis (Impresso), v. 10, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio de Serviço Social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Batista; FORESTI, Adréa Jeger; MARQUES, Myriam Fonte. Experiência e conhecimento: O trabalho da tríade no estágio supervisionado em Serviço Social. Porto Alegre.

MARX, Karl. **Teses Sobre Feuerbach**. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl. **El capital. Livro 3**. 2.ed. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da Pesquisa Social**. IN: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. – Suely Ferreira Deslandes [et.al] (orgs.). 28 ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, **classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). O mito da assistência social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 133-146.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva **O Estágio Supervisionado na formação profissional do assistente social**: desvendando significados. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, no80, nov, 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/ 2004. Resolução 145/2004. Brasília: CNaS, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A menina LOAS: **um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

STOPA, Roberta; MUSTAFA, Patrícia Soraya. **Sistema Único da Assistência Social: desafios para o Serviço Social**. Franca. São Paulo, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

YASBEK, Maria Carmelita. **Sistema Único de Assistência Social e a Política de Assistência Social no Governo Lula**. Edição de 24 de dezembro de 2004. Caderno Especial n. 05. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/cadespecial34.pdf>> Acesso em 12 de nov. de 2012.